

Uma situação a reverter

O retrato da realidade social brasileira revelado pelos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), divulgada na semana passada pela Fundação IBGE, convida todos os homens de responsabilidade deste país — e, principalmente, os candidatos à Presidência da República nas eleições que se aproximam — a uma profunda reflexão. Os dados espelham o “imobilismo nacional” na década de 80, para usar a expressão do presidente do IBGE, Charles Curt Mueller, e a grande questão hoje é como fazer para reverter o quadro que configuram.

De fato, o Brasil tem passado, desde 1981, por uma fase de estagnação sem precedentes nas últimas décadas, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) registrado uma taxa anual média de crescimento de apenas 2,1% de 1981 a 1988, inferior à taxa média/ano de 2,2% de aumento demográfico, o que significa um ligeiro decréscimo na renda per capita da população.

Isso representou, certamente, um constrangimento para uma melhor evolução dos indicadores sociais. Mas não se pode deixar de considerar que se trata de uma taxa média para um período de oito anos e que o desenvolvi-

mento econômico, no período, não foi linear. Com efeito, a década de 80 começou com uma séria crise, expressa pela queda de 4,4% no produto real em 1981. Mas já em 1984, depois de três anos de recessão aberta, o País retornou a uma taxa de crescimento positivo de 5,1%, seguida de + 8,3% em 1985, + 7,6% em 1986 e + 3,6% no ano subsequente. Mas os fatos demonstraram que a retomada do desenvolvimento não tinha fôlego para prosseguir e, em 1988, a economia do País resvalou para uma taxa negativa de crescimento de -0,3%.

Durante esse período, foi feito um esforço para melhoria da qualidade da vida da população, mas os resultados foram insignificantes. Pouco se alterou, por exemplo, a composição das faixas de renda da população trabalhadora: em 1984, 55% dos brasileiros ganhavam até dois salários, porcentagem que caiu para 53% em 1988. Da mesma forma, a taxa de analfabetismo, que era de 22,3% em 1981, entre a população com dez ou mais anos de ida-

de, recuou para 18,5% no ano passado. Em outras áreas, como a da saúde, houve também uma melhoria “suave” nas condições existentes no início deste decênio.

Todos concordam que essa discreta evolução é insuficiente para atender às aspirações do povo e não condiz com o grau de desenvolvimento alcançado no Brasil pela indústria, pelo segmento mais moderno de sua agricultura e pelo setor de serviços. Como afirmam os especialistas do IBGE, o Brasil, sob o aspecto social, permanece uma sociedade atrasada, caracterizada ainda pelo aprofundamento das desigualdades regionais. Um dado diz tudo: enquanto 60% da população do Nordeste está à margem do mercado de trabalho ou recebe até um salário mínimo, essa proporção cai para 35% no Sudeste.

Existe hoje um consenso na sociedade brasileira, e os candidatos à Presidência o refiletem, de que essa situação não pode perdurar. Medidas eficazes têm de ser colocadas

em prática para que a economia nacional retorne, em bases mais firmes, à rota do crescimento. Mas isso, evidentemente, não basta. É indispensável que o crescimento econômico adquira uma nova dimensão social, como forma inclusive de reforçar os fundamentos do regime democrático-representativo.

Temos consciência de que não existem fórmulas mágicas e que, antes de mais nada, as finanças públicas e o próprio aparelho estatal demandam uma profunda reforma. Mas estamos convictos de que o próximo governo, se for orientado por critérios de eficiência e capaz de evitar o desperdício de recursos, mal crônico da administração federal, terá meios para atacar os grandes problemas sociais. Entre estes, como dispõe a própria Constituição, a educação e a saúde são prioritários. A recuperação do salário real e a diminuição das desigualdades regionais representam também grandes desafios, mas, como não é lícito ignorar, são questões que só podem ser resolvidas gradualmente, através de políticas consistentes de distribuição de renda. Promessas mirabolantes só concorrem para decepcionar, mais uma vez, a população que vai às urnas.